

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mineradoras questionam ideias para garimpo	2
Título: Governos locais devem levar R\$ 21 bi em megaleilão	4
Título: Petrobras muda a regra para reajuste do gás.....	5
Título: Venda direta de etanol a posto será estudada.....	6
Título: Com guerra comercial, minério chega a US\$ 100.....	8
Título: Destaques	9
Título: Geração solar distribuída supera marco de 1 GW	10
Título: Conselheiros eleitos por funcionários criticam venda da Eletrobras	12
Título: FCStone vê produção menor de açúcar no Centro-Sul.....	13
Título: Bolsonaro diz que fará escolha para PGR na próxima semana.....	14
Título: Armadores investirão US\$ 4 bi com nova regra ambiental	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Petrobrás anuncia mudança na política de preço do gás de cozinha.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Petrobras anuncia mudança em política de gás de cozinha	19
Título: De volta ao Nordeste, presidente nega controvérsia	19
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Fim de contrato reduz preço do gás da Bolívia em 40%.....	21
Título: Herança da Lava-Jato	23
Título: Uma trama no Paraguai	23
Título: PF alerta para novas mortes em série de ianomâmis.....	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Mineradoras questionam ideias para garimpo**

A defesa veemente da atividade garimpeira pelo presidente Jair Bolsonaro preocupa segmentos da mineração - em especial o da pesquisa -, que ainda não sabem o que esperar ao certo das iniciativas do governo sobre o tema. O Ministério de Minas e Energia (MME) discute a regulamentação da mineração em terras indígenas a partir do que foi estabelecido na Constituição Federal de 1988. O artigo 231 da Constituição permite a atividade mineral em áreas indígenas desde que haja autorização do Congresso Nacional e mediante consulta às comunidades.

"Somos técnicos, o discurso é enfrentar o problema e não fechar os olhos. Queremos o melhor resultado possível", disse ao **Valor** Alexandre Vidigal, secretário de geologia, mineração e transformação mineral do MME. Vidigal disse que existe recomendação de 2017 do Tribunal de Contas da União (TCU) para se buscar a regulamentação do artigo 231 da Constituição e acrescentou que o trabalho também é feito sob a orientação de Bolsonaro. O presidente disse ao jornal "O Globo" que quer criar "pequenas Serras Peladas" para serem exploradas por grupos estrangeiros e por indígenas. Pesquisa do Datafolha mostrou que 86% dos brasileiros discordam da exploração mineral em terras indígenas.

Serra Pelada, no sudeste do Pará, tornou-se conhecida, nos anos 1980, pela migração em massa de garimpeiros para a região. Essa "corrida" pelo ouro criou problemas ambientais e sociais. Em debate na GloboNews, Vidigal afirmou que uma ideia seria lançar editais sobre áreas de mineração específicas a serem exploradas em processos nos quais as comunidades indígenas seriam ouvidas e, depois, o tema seria submetido ao Congresso, para se obter a autorização.

Na indústria mineral, há quem reconheça as boas intenções de Vidigal, mas desconfie que o projeto conduzido pelo MME pode não "casar" com as ideias de Bolsonaro. "Os mineradores não são contra a legalização do garimpo. Não

sabemos ainda se concordamos com a legalização, nos termos que o nosso presidente defende, pois ainda não sabemos as bases e premissas dele, mas esperamos que estas sejam em consonância com as normas vigentes, para o melhor aproveitamento dos recursos minerais, a preservação do ambiente, trazendo assim o desenvolvimento para o nosso país", disse a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

O presidente da ABPM, Luis Maurício de Azevedo, disse que as mineradoras pagam taxas e impostos enquanto muitos dos garimpeiros não pagam nada. Especialistas afirmam que existem três tipos de garimpeiros no país: os ilegais, os ilegais que têm potencial de regularização e os legalizados. Apesar das proibições, existem atividades de garimpo ilegal em áreas de conservação ambiental e em reservas indígenas. Vidigal disse que, em agenda em Roraima neste ano, o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, foi procurado por indígenas interessados na mineração. "Queremos enfrentar o problema, mas não se trata de dar salvo-conduto", disse Vidigal.

Cálculos de especialistas indicam que no Pará - onde se concentra o garimpo no país - existem 11 mil requerimentos de permissão de lavra garimpeira (PLG) apresentados à Agência Nacional de Mineração (ANM), responsável pela concessão desses títulos. Até o momento a ANM avaliou 1,8 mil desses requerimentos, mas não concedeu as outorgas por falta de licença ambiental. Hoje a PLG vem acompanhada da exigência de licença. Os pedidos de PLG se concentram em ouro, diamante e cassiterita. O Pará responde por mais de 80% dos requerimentos de lavra garimpeira do Brasil, segundo estimativas de especialistas.

A ABPM considera que, além do número elevado de requerimentos, existe outro problema. Trata-se da concentração de outorgas em poucas pessoas físicas. "Existem duas pessoas físicas 'donas' de uma área [de garimpo] maior do que a zona sul do Rio de Janeiro", disse Azevedo. Uma PLG para pessoa física equivale a 50 hectares. Há, segundo a ABPM, pessoas com cerca de cem PLGs outorgadas, o que supera os 5 mil hectares. A concentração, em poucas mãos, de títulos para lavra garimpeira é ruim, segundo a entidade, pois a PLG tem um tratamento diferenciado em relação às atividades de pesquisa mineral feita por empresas. O título não paga taxa de pesquisa e exige licenciamento anual mais simples.

A ABPM também manifestou, recentemente, preocupação com a edição da portaria nº 108 do MME, que instituiu um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de simplificação do regime de outorga de lavra garimpeira. "Infelizmente esta é uma notícia que nos deixa apreensivos. Todos do setor mineral sabem que o garimpo deixou de ser uma 'resultante' social para ser a fonte de trabalho escravo, degradação ambiental, trabalho infantil, bolsões de

pobreza, e, infelizmente, são inúmeros os casos de relações incestuosas de 'donos de garimpo' com políticos e até de tráfico de drogas", disse a ABPM em nota logo depois da publicação da portaria nº 108, em julho.

Fontes próximas da ANM dizem que o trabalho do grupo criado pela portaria se concentra na revisão normativa da lavra garimpeira. O objetivo é facilitar a regularização, pelo garimpeiro e fazer com que esse procedimento possa ser feito on-line. Também se estuda fazer o monitoramento por satélite das áreas que são requeridas para o garimpo. Um dos desafios é a fragilidade da agência na fiscalização. Em Itaituba, no sudoeste do Pará, a ANM tem dois servidores para cuidar de dez mil solicitações de lavra garimpeira. "Garimpeiros de Itaituba jogam um Brumadinho por ano no rio Tapajós", disse fonte do setor, referindo-se aos impactos ambientais do garimpo ilegal.

Para o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), como a regulamentação da exploração mineral em terras indígenas depende das autoridades não cabe qualquer iniciativa por parte das empresas do setor, a não ser "respeitar a legislação" vigente. A entidade sugere que o governo elabore mapeamento geológico para se estabelecer possíveis ocorrências de minérios nessas áreas. O Ibram reconhece, contudo, que há ocorrências de garimpos ilegais nas terras indígenas do Brasil, com danos ao ambiente e riscos aos indígenas. "Enquanto isso, países concorrentes em mineração, como Canadá e Austrália, adotaram, há muitos anos, políticas que permitem a atividade minerária nas terras indígenas, que são consideradas exemplares." A AngloGold Ashanti sinalizou que continuará a investir onde tem operações. A empresa disse que seus investimentos no Brasil estão concentrados na expansão de suas minas em Minas Gerais e Goiás **(Colaborou Ana Paula Machado, de São Paulo)**.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Mariana Muniz | De Brasília

Título: Governos locais devem levar R\$ 21 bi em megaleilão

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, voltou a afirmar que a União vai ceder a Estados e municípios cerca de R\$ 20,9 bilhões oriundos do megaleilão do pré-sal. A declaração foi feita durante audiência de conciliação realizada ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com Estados e União para tratar da Lei Kandir.

"Estamos falando de 30% do líquido a receber pela União. A União tem bônus de assinatura na magnitude de R\$ 106,6 bilhões, estimados para o fim do ano. O recebimento será após pagamento da Petrobras na ordem de R\$ 33,6 bilhões.

Desses, sobram R\$ 72 bilhões, para o qual nós acordamos com governadores e representantes dos municípios: uma partilha de 15% desse líquido para Estados e 15% para União", explicou Rodrigues.

De acordo com o secretário, esse foi um movimento que partiu do Poder Executivo. "Só nesse movimento a gente está cedendo de receita primária da União cerca de R\$ 20,9 bilhões para os Estados", afirmou Waldery. "Essa colocação é solidária dado o fortíssimo estresse fiscal dos Estados", completou.

A audiência realizada no Supremo foi convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator da ação em que Estados questionam a Lei Kandir, que desonera exportações de produtos primários de ICMS. Além de Rodrigues, participam da audiência representantes de 16 Estados, incluindo o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras muda a regra para reajuste do gás

A Petrobras anunciou ontem uma nova política de preços para o gás liquefeito de petróleo (GLP) de uso residencial, conhecido como gás de cozinha, comercializado em embalagens de até 13 quilos (P-13). A estatal passará a trabalhar com reajustes sem periodicidade definida e com base no preço de paridade de importação (PPI). Com as mudanças, a companhia aproxima os preços do P-13 do GLP de uso empresarial.

O efeito imediato para o mercado será de queda nos preços, já que a companhia reduziu ontem em 13,4% o preço do GLP de uso industrial e em 8,2% o do gás de cozinha. O impacto para o consumidor final, contudo, depende do tamanho - e da velocidade - do repasse do reajuste por distribuidores e revendedores.

Até então, para amenizar o impacto da volatilidade do mercado internacional sobre os preços internos, a Petrobras adotava reajustes trimestrais. O preço do P-13 era fixado com base na média da cotação internacional e do câmbio nos últimos 12 meses. À referência do mercado europeu, a petroleira acrescentava uma margem de 5%. A partir de agora, os preços do P-13 serão reajustados de forma similar ao GLP vendido para a indústria e comércio. Ou seja, com base na

referência internacional, acrescidos dos custos do frete marítimo, despesas internas de transporte, e uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação.

Segundo a Petrobras, o gás de cozinha e o GLP de uso empresarial passam a ter um alinhamento maior, embora mantida a diferenciação de preços prevista na Resolução 4/2005 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Venda direta de etanol a posto será estudada

O governo discute um "choque de concorrência" que poderá reduzir o preço dos combustíveis no Brasil. Relatório elaborado pelo Ministério da Economia recomenda que atacadistas e usinas sejam autorizados a vender combustível diretamente aos postos. As sugestões foram enviadas à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que deverá decidir sobre elas até o início de outubro.

A venda direta de etanol, porém, não tem data para ser implantada, caso a agência decida pela adoção da medida. Ela está condicionada a uma alteração na lei do PIS-Cofins, segundo informou ao **Valor** o secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, César Mattos. A operação só será autorizada depois que a cobrança do tributo tornar-se monofásica, com o recolhimento, na etapa de produção, do tributo devido em toda a cadeia.

As recomendações constam de documento da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec) que analisou, sob o ponto de vista da concorrência, quatro medidas da esfera de responsabilidade da ANP discutidas no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O parecer é favorável a todas elas.

O documento do Ministério da Economia servirá de base à decisão da agência reguladora. Outras medidas destinadas a aumentar a concorrência no mercado de combustíveis estão em discussão em um grupo de trabalho ministerial.

A primeira medida recomendada é permitir que atacadistas de combustíveis concorram com distribuidoras. Hoje, eles não podem vender gasolina comum, etanol ou gás de cozinha, por exemplo, aos postos. É uma situação que existe, por exemplo, nos EUA. Lá atuam os chamados "jobbers", que podem comprar

de refinarias e importadores e vender gasolina aos postos, concorrendo com as distribuidoras.

A segunda medida é a possibilidade de usinas venderem etanol diretamente a revendedores e varejistas. "A alternativa tornaria a usina rival da companhia de distribuição de combustível líquido no fornecimento de etanol aos postos de combustíveis", diz o relatório elaborado pela Sepec.

O documento observa que a proibição à venda direta de etanol não está em lei, e sim em normativos da ANP. Segundo os técnicos, não haveria problema em controlar a qualidade do etanol, uma vez que é possível atribuir às usinas as mesmas obrigações hoje aplicadas às distribuidoras.

No entanto, seria necessário alterar a tributação do PIS-Cofins. O recolhimento em um único elo da cadeia tornaria a fiscalização mais simples para a Receita Federal, explicou Mattos.

A venda direta poderia reduzir em 47% o custo de logística do etanol no Estado de São Paulo, aponta estudo citado no relatório da Sepec. O impacto no preço final seria da ordem de 3%. No entanto, observa o relatório, o mesmo estudo aponta a necessidade de investimentos em infraestrutura de armazenagem. Dessa forma, não haveria impacto curto prazo.

A terceira medida avaliada pela Sepec é o fim da fiscalização, pela ANP, da origem do combustível adquirido por postos de bandeira. Hoje, um posto que use a marca BR, por exemplo, precisa comprar o combustível da distribuidora BR. Isso é fiscalizado pela agência reguladora.

Os técnicos avaliam que a agência deveria concentrar-se em outras atividades, como fiscalizar a qualidade dos combustíveis, em vez de monitorar o cumprimento de contratos entre privados. O documento ressalva que não se trata de proibir a exclusividade, e sim de retirar a tutela do governo sobre essa relação.

Não há diferença de conformidade nos produtos comercializados em postos com bandeira e aqueles sem bandeira, aponta o relatório da Sepec. Os desempenho é "bastante similar", afirma.

O quarto ponto é a melhora na prestação de informações aos consumidores sobre preços cobrados nos postos. Com as novas tecnologias, há condições de colher informações mais detalhadas e em tempo real. Uma possibilidade, disse o secretário, é haver aplicativos mostrando os preços cobrados nos postos próximos ao consumidor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes e Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Com guerra comercial, minério chega a US\$ 100**

Depois de superarem o nível de US\$ 120 por tonelada, algo que não acontecia há cinco anos, os preços do minério de ferro recuaram das máximas do ano e estão de volta aos US\$ 100 por tonelada. Desde meados da semana passada, são quatro quedas consecutivas, agravadas pela decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor tarifas de 10% sobre US\$ 300 bilhões em produtos chineses. Mas não são apenas fatores econômicos e geopolíticos que têm pressionado a commodity, observa o banco suíço Julius Baer.

Em nota enviada ontem a clientes, o chefe de pesquisas do banco, Carsten Menke, alertou que há questões específicas do mercado que estão pesando sobre a commodity. A escalada das tensões comerciais segue enviando ondas de choque para os mercados de commodities e o minério, normalmente resistente a essas mudanças de humor, também está sob pressão, observou.

Além da guerra comercial, pesam sobre a matéria-prima siderúrgica o afrouxamento das medidas que levaram à interrupção da oferta a partir do Brasil, a notícia de que uma mina fechada em 2015 recuperou a licença de operação e o fato de a produção de aço na China ter ultrapassado o pico sazonal, sinalizando queda da demanda de minério daqui para a frente.

"Os estoques de aço mantidos por 'traders' na China continuam crescendo em relação à tendência sazonal, sinalizando que a produção de aço está bem acima do consumo, apesar da recuperação nos investimentos em infraestrutura e do mercado imobiliário resiliente", afirmou Menke.

O banco tinha preço-alvo de US\$ 95 por tonelada para o minério em três meses e, em 12 meses, a projeção é de US\$ 75 por tonelada, refletindo a expectativa de recuperação da produção no Brasil e de arrefecimento da demanda na China.

O sócio da gestora Versa Asset, Paulo Valaci, disse que o principal fator para a queda da cotação do minério foi a guerra comercial entre China e Estados Unidos. Além disso, de acordo com ele, a projeção de que a produção da Vale este ano deverá ser maior que o estimado pela mineradora, deve regular um pouco a relação oferta e demanda. "Se anualizarmos a produção dos meses de julho e agosto, a Vale pode alcançar 350 milhões de toneladas neste ano. Acima

das estimativas de 330 milhões de toneladas. Esse fator deve regularizar a oferta e o preço deve manter a trajetória de queda."

O analista de commodity da Mirae Asset, Pedro Galdi, disse que o preço do minério de ferro no patamar de US\$ 100 a tonelada deve permanecer por alguns meses. Entretanto, a oferta de minério no mercado mundial ainda deve permanecer mais baixa do que a demanda, em razão da dificuldade da Vale em retomar o ritmo de produção antes do desastre de Brumadinho (MG). "A queda na cotação é um momento de estresse comercial entre China e EUA e isso vai impactar a economia mundial."

Ontem, as cotações no mercado à vista voltaram para o nível de US\$ 100 por tonelada, visto pela última vez no início de junho. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com teor de 62% negociada no porto chinês de Qingdao recuou US\$ 7,17, ou 6,7%, para US\$ 100,56. Na Bolsa de Commodity de Dalian, o contrato mais líquido com entrega em janeiro perdeu 4,8%, para 689,50 yuans por tonelada.

Conforme a Fastmarkets, um "trader" lembrou que a tensão comercial levou a moeda chinesa de volta aos patamares vistos em 2008, o que amplia a pressão sobre os preços em dólar da commodity. Entre participantes do mercado, a expectativa é de continuidade da queda do minério no mercado transoceânico, diante do esfriamento da demanda por parte das siderúrgicas chinesas.

Para outro "trader", acrescentou a Fastmarkets, o recente rali do minério parece ter chegado ao fim e há fatores que podem levar a mais desvalorização. Uma terceira fonte disse acreditar que a correção continuará e não há razão para otimismo neste mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Plataformas da Petrobras

A Petrobras pretende desmobilizar, entre 2019 e 2020, dez plataformas marítimas em fase final de vida útil, disse ontem o gerente de descomissionamento da estatal, Eduardo Zacaron. Segundos ele, a desativação não terá impacto sobre a produção da companhia. Os planos de desmobilização estão sendo preparados em meio à revisão regulatória sobre o assunto. A

Agência Nacional do Petróleo (ANP) esperar publica até novembro uma resolução sobre descomissionamento de instalações marítimas de óleo e gás no país. O objetivo da regulação será incentivar a maximização da recuperação dos reservatórios e evitar o descomissionamento prematuro. A resolução, segundo a ANP, deve exigir estudos de justificativa para o descomissionamento, por parte das operadoras.

Lucro da AES Tietê cai

A AES Tietê terminou o segundo trimestre do ano com lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 35,4 milhões, queda de 61,9% em relação ao resultado obtido no mesmo intervalo de 2018, de R\$ 93 milhões. O resultado refletiu, entre outros fatores, a redução de R\$ 40 milhões na margem do período, em função, principalmente, do efeito da estratégia de sazonalização de energia da companhia. A geradora incrementou as compras de energia em 41,4% no trimestre para cumprir contratos e mitigar o risco hidrológico, apostando na alta dos preços de energia. No entanto, como o preço de energia ficou mais baixo, houve impacto negativo nos resultados. A receita líquida subiu 7,3% no trimestre, para R\$ 495,7 milhões. A margem operacional líquida (receita líquida livre de compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais), porém, caiu 11,4%, para R\$ 311,1 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Geração solar distribuída supera marco de 1 GW

A capacidade instalada de geração distribuída a partir da fonte solar fotovoltaica superou 1 gigawatt (GW) no Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Nesse tipo de geração, a energia pode ser produzida remotamente, desde que dentro da mesma área de concessão, ou diretamente na unidade consumidora. A energia não consumida imediatamente é injetada na rede, e transformada em desconto na conta de luz.

No total, são 94,2 mil unidades de geração instaladas no país, gerando créditos para 118 mil unidades consumidoras. Neste, a capacidade instalada desse tipo de geração subiu 70,9%. O ritmo de crescimento acelerou neste ano diante das discussões de mudanças nas regras para geração distribuída. A expectativa é que as alterações entrem em vigor no próximo ano, com possível redução da atratividade dos empreendimentos por meio da redução de subsídios, o que fez

com que muitos consumidores antecipassem a decisão de investir em módulos fotovoltaicos.

O presidente executivo da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria, disse esperar que a Aneel aperfeiçoe a regulação relativa à geração distribuída GD para que os usuários de projetos do tipo paguem pelo uso da rede de distribuição no futuro. "Não dá para não ter uma cobrança do fio para GD", disse. Segundo Faria, hoje, o subsídio para quem usa GD está em torno de R\$ 400 mil. Mas, se nada for feito, explicou, esse impacto pode chegar a algo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões, em 2023.

Para Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o ritmo de crescimento da geração solar distribuída seguirá acelerado mesmo com uma eventual mudança nas regras. "O que causa o crescimento não é apoio do governo, mas a questão econômica. Houve uma redução muito agressiva dos preços dos componentes dos sistemas, principalmente os módulos fotovoltaicos", afirmou. Segundo ele, a marca de 1 GW é importante, mas ainda há espaço para um crescimento substancial no país.

Minas Gerais é o Estado que concentra a maior parte dos empreendimentos, tendo atingido 197 megawatts (MW), por meio de 19,6 mil empreendimentos. Em seguida, aparece o Rio Grande do Sul, com 159,4 MW em 13,5 mil unidades. São Paulo é o terceiro Estado, com 127 MW e 16,3 mil instalações.

Segundo a Absolar, os consumidores residenciais lideram a lista, com 73,8% do total. Em seguida, aparecem setores de comércio e serviço, com 17,3%. A entidade calcula que os investimentos em geração solar distribuída no país já somam R\$ 5,6 bilhões desde 2012, quando foram definidas as regras para esse tipo de geração.

Acompanhando o crescimento da geração distribuída, grandes empresas de geração de energia tem apostado em projetos, como AES Tietê, CPFL, EDP e Energisa. Na semana passada, Furnas, controlada da Eletrobras, disse que está investindo R\$ 11,6 milhões na construção de três usinas de 1 MW cada. O investimento é para autoconsumo da companhia. Mas a estatal, conhecida pelo seu parque hidrelétrico, quer adquirir experiência para investir de forma mais significativa no segmento solar no futuro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt | Brasília****Título: Conselheiros eleitos por funcionários criticam venda da Eletrobras**

Oito integrantes dos conselhos de administração do grupo Eletrobras, eleitos pelos empregados, protocolaram carta ao presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira para apresentar preocupações relacionadas à privatização da estatal. O documento aponta riscos de desabastecimento, alta de preços e até catástrofes relacionadas ao rompimento de barragens de usinas - neste caso tomando por base as tragédias de Mariana e Brumadinho "causadas pela negligência" da gestão privada no ramo de mineração.

Na carta, os representantes dos trabalhadores recorreram ao posicionamento "muito bem colocado" pelo próprio Bolsonaro que classificou o setor elétrico como área estratégica para o país durante a campanha presidencial em 2018. Para eles, os ativos do grupo Eletrobras nos segmentos de geração e transmissão de energia são "sensíveis" na perspectiva da segurança nacional e energética, da soberania e do mercado.

"Do ponto de vista comercial, uma Eletrobras privada com 30% da geração, 40% da transmissão e 50% da transformação [subestações de rede] ocasionaria uma falha concorrencial, com a manipulação de preços e tendências (price maker). Os consumidores industriais e residenciais seriam os maiores prejudicados pela alta dos preços", argumentam na carta. Isso já teria ocorrido, apontam, na Califórnia (EUA), em 2000, e na Argentina, mais recentemente.

Para os trabalhadores do grupo Eletrobras, "uma gestão que prioriza apenas lucros e coloca em segundo plano a perenidade do fornecimento, pode causar prejuízos de milhões de reais com desligamentos e apagões". Ao afirmarem que o Brasil necessita "continuar sendo dono" dos ativos "estratégicos e sensíveis", os conselheiros justificam que é "por esta razão que os Estados Unidos colocam o Corpo de Engenheiros do Exército para gerenciar instalações" como as da estatal brasileira.

Sobre a expectativa de arrecadação do governo com a privatização, a carta destaca que a União recolheu, em dividendos nos últimos 15 anos, "um montante muito superior aos R\$ 12 bilhões esperados com a possível

privatização". Este valor foi anunciado pela equipe do governo Michel Temer ao apresentar o modelo de venda do controle da estatal que tem servido de referência para a gestão atual.

Além da questão dos dividendos, os conselheiros afirmam que os R\$ 12 bilhões, previstos originalmente na operação, "estão mais longe ainda dos R\$ 400 bilhões" investidos no sistema Eletrobras ao longo de mais de 60 anos.

Para os representantes dos empregados, a Eletrobras já conseguiu se recuperar do tombo da adesão ao plano de renovação antecipada das concessões, lançado pela ex-presidente Dilma Rousseff com a edição da Medida Provisória 579/12.

A iniciativa de enviar correspondência ao Palácio do Planalto veio após Bolsonaro ter autorizado, na semana passada, o aprofundamento dos estudos sobre o modelo de desestatização ao receber executivos da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: FCStone vê produção menor de açúcar no Centro-Sul

Fruto de condições climáticas mais favoráveis no início da safra, a colheita de cana da temporada atual (2019/20) no Centro-Sul deverá ser maior do que na safra passada, embora insuficiente para reverter a tendência de redução da produção de açúcar, que pode chegar ao menor volume desde a safra 2006/07.

Essa é avaliação da consultoria INTL FCStone, que atualizou suas projeções para a temporada atual. A empresa estima agora que as usinas da região produzirão 26,1 milhões de toneladas de açúcar, 6,1% abaixo da projeção anterior. Esse volume representa um decréscimo de 1,5% ante a temporada passada.

Após realizar visitas a todas as regiões produtoras do Centro-Sul, a consultoria chegou à conclusão que as altas temperaturas do início do inverno e as recentes geadas tiveram impactos limitados sobre as lavouras, considerando o impulso que as chuvas de desde meados do ano passado tiveram sobre a produtividade dos canaviais da região.

A nova estimativa da FCStone é de as usinas do Centro-Sul do país processarão 583,3 milhões de toneladas, mais de 9 milhões de toneladas acima da projeção

anterior, feita em maio, e 10 milhões de toneladas acima da última temporada, a 2018/19.

Nas usinas, porém, a prioridade ainda é produzir etanol, contrariando as expectativas do início da safra de que o açúcar poderia ganhar espaço no mix de produção. Diante da remuneração continuamente melhor do biocombustível ante o açúcar até o momento, a consultoria estima que, do caldo de toda a cana processada nesta safra, 34,7% irá para a produção de açúcar - abaixo dos 37,1% estimados em maio e dos 35,2% registrados na temporada passada.

A consultoria observou que a maior quantidade de cana tem se mostrado um "gargalo" para as usinas, que estão buscando aumentar a produção de etanol e não o conseguem por limitações de capacidade. Esse "excedente" tem sido direcionado para a fabricação de açúcar - mas não em volume suficiente para reverter a queda na produção do adoçante.

Dessa forma, a FCStone aumentou sua estimativa para a produção de etanol a partir da cana em 1,3 bilhão de litros ante a projeção anterior. Esse ajuste reverte o cenário de queda na produção de etanol ante a safra passada para um ligeiro aumento de 0,6, alcançando 30,4 bilhões de litros.

A consultoria também aumentou sua estimativa para a produção de etanol a partir do milho em 300 milhões de litros, para 1,1 bilhão de litros, devido ao aumento da oferta do grão. Se confirmada, será o dobro da produção da safra passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Política

Autor: Marina Falcão, Renan Truffi e Fabio Murakawa | De Sobradinho (BA) e Brasília

Título: Bolsonaro diz que fará escolha para PGR na próxima semana

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que deve anunciar a escolha no novo procurador-geral da república na próxima semana, no máximo. "Não tenho nenhum problema com a Raquel Dodge", disse, quando questionado sobre a performance da procuradora.

"Temos excelente nomes e vai ser muito difícil bater o martelo", afirmou após inauguração de usina solar flutuante em Sobradinho (BA). O mandato de Dodge termina em setembro. Também estão no páreo o procurador Augusto Aras e os três selecionados na votação organizada pela Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR): Mario Bonsaglia, Luiza Frischeisen e Blal Dalloul.

Em sua segunda viagem ao Nordeste em duas semanas, Bolsonaro criticou o governador da Bahia, Rui Costa (PT), que não viajou para recebê-lo. "Ninguém proibiu o governador de vir aqui. Em Vitória da Conquista (BA), o governador [Rui Costa] determinou que polícia não fizesse a nossa segurança. Então quem tem preconceito é ele", afirmou Bolsonaro. Bolsonaro disse que não negar nada aos Estados do Nordeste, mas que se os governadores da Paraíba e do Maranhão "quiserem que isso tudo seja atendido, têm que falar que estão trabalhando com o presidente Jair Bolsonaro".

No mês passado, foi veiculado um vídeo em que Bolsonaro foi flagrado chamando os governadores nordestinos de "governadores de paraíba" em um diálogo com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. Segundo Bolsonaro, a maioria dos mandatários do Nordeste quer dividir a região do do resto do Brasil. "Querem fazer disso aqui uma Cuba?", afirmou. "Eu tenho preconceito é com governador ladrão que não faz nada para o seu estado", frisou o presidente.

Bolsonaro visitou ontem a cidade na Bahia, para a inauguração da primeira plataforma flutuante de energia solar. A usina está em fase final de implantação e deve totalizar, até 2020, 2,5 Megawatt pico (MWp) instalados.

Horas antes, foi veiculada uma entrevista em que o presidente disse à apresentadora Leda Nagle, que tem um canal no "You Tube", que os criminosos "vão morrer igual barata" se o Congresso Nacional, de fato, aprovar uma ampliação do excludente de ilicitude, que permitiria a absolvição de réus por crimes cometidos em legítima defesa decorrente de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

A proposta consta do pacote anticrime, de autoria do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e ainda está sob análise dos parlamentares, mas o governo estuda agora enviar outra medida específica sobre isso para garantir "segurança jurídica" aos policiais brasileiros.

"A partir do momento que eu entro no excludente de ilicitude defendendo a minha a vida e a de terceiros, a minha propriedade ou de terceiros, o meu patrimônio ou de terceiros, a violência cai assustadoradamente. Os caras vão morrer na rua igual barata, pô, e tem que ser assim", disse.

Segundo Bolsonaro, "o bandido tem mais direito do que o cidadão de bem. Eu estou mandando um projeto, que vai ter dificuldade de aprová-lo, mas não tem outra alternativa. Nós temos que dar uma retaguarda jurídica para as pessoas que fazem a segurança. Policial civil, militar, federal, rodoviário".

Bolsonaro falou sobre essa proposta ao comentar, mais uma vez, o caso de um morador de rua, acusado de ter esfaqueado dois homens no Rio de Janeiro há

uma semana. O presidente defendeu que os policiais envolvidos na ocorrência deveriam ter atirado "no meio" do agressor. Segundo ele, um tiro na perna pode não ser suficiente para parar um ataque desse tipo.

"Se eu tivesse armado ali, teria atirado naquele cara. O próprio policial que chegou ali depois atirou na perna. Tinha que ter atirado no meio dele, pô. A gente vê de vez em quando o cara que leva tiro na perna e reage ainda", disse. "Você agindo dessa maneira e o policial tendo a garantia de que não vai ser preso, não vai responder processo, o bandido pensa duas vezes antes de fazer besteira", complementou.

O pacote anticrime tem enfrentado dificuldades para avançar no Congresso e um novo projeto, exclusivo sobre o assunto, poderia driblar a resistência dos congressistas. Questionado se o tema seria mesmo objeto de uma nova proposta legislativa, o porta-voz da Presidência, general Otávio do Rêgo Barros, esquivou-se. "O presidente há muito tempo acredita que uma das formas de diminuir os índices de criminalidade do país passa pelas condições de trabalho dos profissionais de segurança. Uma dessas medidas trata da segurança jurídica para que os policiais possam usar arma de fogo em operações sem ser processados", explicou. **(com Folhapress)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/08/2019

Seção: Empresas

Autor: De São Paulo

Título: Armadores investirão US\$ 4 bi com nova regra ambiental

Em meio à disputa comercial entre Estados Unidos e China, as companhias de transporte marítimo se preparam para lidar com mais uma preocupação. A partir de janeiro de 2020, as empresas terão um aumento de custo significativo, com a entrada de novas regras ambientais. O combustível usado pelas embarcações passará a ter um limite máximo de 0,5% no teor de enxofre, uma redução considerada drástica em relação aos atuais 3,5%.

As empresas internacionais que atuam no Brasil avaliam que, para se adaptar à norma, será necessário investimento de US\$ 4 bilhões (equivalente a cerca de R\$ 16 bilhões) até o fim deste ano, segundo cálculo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), associação de 22 armadores internacionais, como MSC, Maersk, Hamburg Sud e CMA GCM.

A mudança de regra é uma determinação da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (Marpol), da qual o Brasil é signatário. A norma foi aprovada pela entidade em 2010, com objetivo de reduzir as emissões de óxidos de enxofre no ar. No entanto, segundo especialistas do setor, ainda não há clareza sobre qual será o efeito da medida no mercado.

"Haverá um impacto grande no custo", diz Claudio Loureiro de Souza, diretor-executivo do Centronave, que diz não ter estimativa sobre qual será o aumento. Analistas avaliam que o combustível com menor nível de enxofre seja cerca de 60% mais caro do que o utilizado atualmente.

Para ele, a instabilidade no comércio global deverá dificultar o repasse integral do aumento de despesas dos armadores, que já sofrem com as crescentes incertezas provocadas pela tensão EUA-China. Souza destaca, porém, que cada empresa adotará sua própria estratégia comercial.

Ao menos por enquanto, a solução encontrada pelos armadores para garantir o cumprimento da regra é a implantação de um sistema de limpeza de gases nos escapes dos navios.

A adaptação, que é considerada uma solução custosa, representará a maior parte dos investimentos bilionários que os armadores farão até o início de 2020, segundo a associação setorial.

O mecanismo é uma forma de driblar as incertezas em torno da substituição efetiva do combustível pela versão com baixo teor de enxofre. Além da questão do preço, há uma preocupação em relação à disponibilidade, já que são poucos os países que adequaram sua produção, afirma a advogada especialista em direito marítimo, Ingrid Zanella.

O Brasil até agora parece estar bem posicionado. A Petrobras anunciou recentemente que, entre abril e junho, produziu 190 mil metros cúbicos de óleo com baixo teor de enxofre - a primeira carga foi exportada em julho.

Para Souza, do Centronave, a mudança poderá levar a uma nova configuração dos locais de abastecimento no mundo.

Outro temor é em relação ao prazo para efetuar a transição. "A troca do combustível requer adaptações nas embarcações. É preciso interromper viagens, fazer testes. Isso leva meses, até um semestre", diz a advogada.

"Os armadores não têm opção senão aceitar as regras, mas é um prazo apertado. Há cinco anos talvez não parecesse tão complexo, mas hoje a realidade econômica no comércio mundial é diferente", afirma Souza.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 06/08/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás anuncia mudança na política de preço do gás de cozinha

Estatual vai equiparar o preço no mercado doméstico com o do externo, como já faz com o diesel e a gasolina

A diretoria da Petrobrás definiu uma nova política de preço para o botijão de gás, o GLP envasado em recipiente de até 13 kg, um produto de forte apelo social. A partir de agora, os consumidores residenciais pagarão valores alinhados aos do mercado externo, como já acontece com o GLP destinado à indústria e ao comércio. Houve ainda alteração no prazo de reajuste, que passou a ser indefinido. O GLP, até então, era reajustado a cada três meses. Com isso, a empresa equipara a política para o botijão à adotada no comércio dos demais derivados de petróleo – de paridade internacional.

Assim como faz com os demais produtos refinados, a Petrobrás, ao definir o preço do botijão de gás, vai considerar também o custo do frete marítimo, das despesas internas de transporte, e uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação, como informou a estatal em comunicado divulgado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Petrobrás garante, no entanto, que, mesmo com essas mudanças, continuará atendendo resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), determinando que os consumidores residenciais devem pagar menos pelo combustível. A resolução do CNPE define valores diferenciados para o botijão porque afeta a parcela da população brasileira de menor poder aquisitivo.

Dentro dessa política, a estatal anunciou ontem os novos preços do combustível. A tonelada do GLP de uso industrial nas refinarias da estatal foi para R\$ 1.950,80 e o de uso residencial, R\$ 1.850,80. Esses valores representam uma redução média de 13,4% no preço do GLP industrial e de 8,2% no preço dos envasados até 13 kg. "Com essas alterações fica extinto o mecanismo de compensação que considerava a média móvel de cotações dos últimos 12 meses", informou a Petrobrás. Para Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, que representa as distribuidoras de GLP, há espaço para a Petrobrás reduzir ainda mais o preço do botijão de gás. Pelo cálculo da entidade, os preços praticados pela estatal em suas refinarias ainda estão cerca de 30% superior ao

de importação da commodity do Golfo do México. "A notícia é boa, porque o preço baixou e as diferenças (entre os segmentos de consumo) diminuirão.

A gente ainda vê possibilidade de o preço cair mais. A gente espera que a diferença acabe. Não faz sentido que o comércio e a indústria subsidiem o botijão de 13 kg. Quem tem de subsidiar é o governo. A iniciativa privada não pode ficar com esse ônus", afirmou Mello.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/08/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras anuncia mudança em política de gás de cozinha

A Petrobras informou nesta segunda-feira (5) que os preços do gás liquefeito de petróleo (CLP) para uso residencial, conhecido como gás de cozinha, passarão a adotar como referência preço de paridade de importação, acrescido dos custos do frete marítimo, despesas internas de transporte e uma margem para remuneração dos riscos inerentes à operação.

Com isso, os preços do gás de cozinha, comercializado em embalagens de até 13 kg, passam a ter um alinhamento maior com o CLP industrial e comercial, embalado em botijões maiores, explicou a empresa, em um fato relevante.

"Na nova política de preços de CLP os reajustes passam a ser realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise dos ambientes interno e externo", disse a Petrobras.

Nesta segunda (5), passou a valer uma redução de 8,17% no preço nas refinarias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/08/2019

Seção: Poder

Autor: João Pedro Pitombo

Título: De volta ao Nordeste, presidente nega controvérsia

Em sua segunda visita ao Nordeste em menos de um mês, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que governadores da região "fazem politicalha", querem transformar o Nordeste "em uma Cuba" e negou que tenha agido com preconceito contra os nordestinos.

“Não estou aqui com colegas nordestinos para fazer média. [...] Mas não existe esta questão de preconceito. Eu tenho preconceito é com governador ladrão que não faz nada para o seu estado”, afirmou o presidente em Sobradinho (a 602 km de Salvador), nesta segunda-feira (5).

Bolsonaro voltou a negar que tenha se referido aos governadores nordestinos como “paraíbas”. Disse que fez críticas específicas aos governadores do Maranhão, Flávio Dino (PC do B) e da Paraíba, João Azevêdo (PSB), mas afirmou que não vai penalizar os estados.

“Não vou negar nada para o estado. Mas se eles [governadores] quiserem que realmente isso tudo seja atendido, eles vão ter que falar que estão trabalhando com o presidente Jair Bolsonaro. Caso contrário, eu não vou ter conversa com eles e vou divulgar obras junto às prefeituras”, afirmou.

Bolsonaro ainda afirmou que o Nordeste tem recebido recursos abundantes do governo federal e que não vai admitir que governadores do Maranhão e da Paraíba “façam politicalha perante a minha pessoa”.

Mesmo afirmando que não chamou os governadores nordestinos de “paraíbas”, Bolsonaro lamentou não poder fazer piadas sobre os cidadãos de diferentes estados brasileiros.

“A gente não pode mais contar uma piada. Não posso nem contar piada de cabeçudo, de goiano, de gaúcho, de cearense cabra da peste. Não há mais liberdade neste país. Tudo é politicamente correto”, afirmou.

Em um vídeo postado nas redes sociais do deputado federal Cláudio Cajado (PP-BR) gravado durante o evento, Bolsonaro disse que para ser “cabra da peste” só está faltando “crescer um pouquinho a cabeça”. Nordestinos costumam ser pejorativamente chamados de “cabeça grande” ou “cabeça chata”.

Em nova referência aos governadores do Nordeste, o presidente acusou uma “esquerda canalha” de querer dividir o país. “Para alguns governadores... é o Nordeste e o resto. Querem fazer disso aqui uma Cuba?”, questionou.

O presidente ainda criticou a iniciativa dos governadores de se unirem em torno do Consórcio Nordeste, que vai possibilitar parcerias entre os governos da região, e afirmou que eles atuam para dividir os brasileiros. “O Brasil é um só, não queiram dividir regiões. Tem alguns que acham que aquela região é dele e não do povo. Isso não existe, o Nordeste é Brasil.”

O presidente foi à Bahia inaugurar a primeira etapa da Usina Solar Flutuante, enguida pela Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) em Sobradinho.

Orçado em R\$ 55 milhões, a usina tem 3.792 painéis solares e potência instalada de 1 megawatt pico. O projeto foi licitado na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e iniciado no governo Michel Temer (MDB).

A visita acontece dias depois de Bolsonaro dar o sinal verde para que o governo federal inicie o processo de capitalização da Eletrobras, que levará à saída da União do controle da empresa. A Chesf é uma das subsidiárias da Eletrobras. Fundada em 1948, é responsável pela gestão de 12 usinas hidroelétricas no Nordeste.

A perda do controle acionário da União é tema controverso e tem oposição dos governadores nordestinos. Em maio de 2018, ainda na gestão Temer, eles assinaram uma carta solicitando a exclusão da Chesf do grupo Eletrobras.

A mudança deve aumentar ainda mais o clima de tensão entre o presidente e os governadores da região — 7 dos 9 políticos são de partidos da oposição. Sobre o tema, o presidente afirmou que “grande parte dos governadores no Nordeste são socialistas”.

Há cerca de duas semanas, Bolsonaro se referiu aos governadores nordestinos pelo termo pejorativo “paraíbas”. Dias depois, veio à Bahia para inaugurar o aeroporto de Vitória da Conquista, quando disse que “ama o Nordeste” e que tem na família “sangue de cabra da peste”.

Assim como o ato em Vitória da Conquista, a inauguração em Sobradinho também não teve a participação do governador da Bahia, Rui Costa (PT), que nesta segunda-feira cumpria agenda em Brasília e São Paulo.

Sobre a ausência do governador da Bahia, Rui Costa (PT) na solenidade desta segunda, o presidente disse que ninguém o proibiu de comparecer à solenidade.

“Quem tem preconceito é ele. Se estivesse aqui seria muito bem-vindo, não teria em momento algum falado algo contra ele. Agora, quem está com medo de encarar o seu próprio povo é ele”, disse.

Em Sobradinho, Bolsonaro discursou para cerca de 200 pessoas, dentre autoridades, empresários e funcionários da Chesf. O ato não foi aberto aos moradores da região.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/08/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Fim de contrato reduz preço do gás da Bolívia em 40%

Além da queda do custo do transporte no gasoduto que liga Brasil ao país vizinho, Petrobras abre espaço para outras empresas

A renegociação dos contratos de importação do gás natural da Bolívia, por meio do Gasoduto Brasil-Bolívia, deve provocar uma redução de pelo menos 40% nos preços do combustível, segundo estimativas da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Deve ser o primeiro sinal da redução dos preços do gás prometida pelo plano do governo de abrir o setor à concorrência, conforme adiantou o colunista do GLOBO Ancelmo Gois.

Vence em dezembro o contrato da compra pela Petrobras de 18 milhões de metros cúbicos por dia, de um total de 30 milhões. Com isso, a iniciativa privada poderá negociar com a Bolívia a compra desses volumes e passar a dividir o duto com a estatal.

A ANP abriu chamada pública para empresas interessadas em contratar gás da Bolívia prevendo que o preço da tarifa de transporte desse gás vai cair dos atuais R\$ 7,50 por milhão de BTU (unidade internacional que mede o gás natural) para pelo menos R\$ 4,50. A redução se deve ao fim do período da amortização dos investimentos já realizados na construção do Gasoduto Brasil-Bolívia, que entrou em operação em 1999.

Vai de hoje até o dia 6 de novembro o prazo de inscrição das empresas interessadas. Pelo cronograma, a ANP divulga o resultado com o nome das vencedoras e os volumes que serão contratados no fim de novembro. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, informou que até outubro será definido o valor exato da tarifa. E não descartou que possa ser até mesmo inferior a R\$ 4,50:

— É o primeiro movimento na redução dos preços do gás no país. O preço do transporte vai ter uma redução de no mínimo 40%. Ou seja, quem for contratar gás da Bolívia vai ter uma redução de R\$ 3,00 por milhão de BTU, e, no mercado competitivo, é claro que será repassado para consumidores.

A abertura do gasoduto a outras empresas vai criar competidores num mercado hoje dominado pela Petrobras, favorecendo a queda dos preços dos combustíveis para indústrias e geradoras de energia, por exemplo. Segundo Rivaldo Moreira Neto, sócio da consultoria Gas Energy, além do menor custo de transporte, o aumento da produção de gás natural no pré-sal também deverá pressionar para baixo o preço do gás da Bolívia com a redução da dependência brasileira do país vizinho.

NOVA POLÍTICA PARA BOTIJÃO

A Petrobras anunciou ontem que mudou sua política de preços para gás de botijão residencial de até 13 quilos. A partir de agora, os reajustes do GLP serão feitos sem periodicidade definida, como ocorre com diesel e gasolina desde junho. Até semana passada, quando a estatal anunciou redução média de 8% no preço do gás de cozinha, o produto era reajustado a cada três meses.

Segundo a Petrobras, os preços praticados pela empresa "passarão a adotar como referência o preço de paridade de importação (PPI)", similar ao do GLP industrial, que leva em consideração o preço do combustível no mercado internacional, custos do frete do gás importado e margens de lucro.

A mudança foi autorizada ontem pela diretoria da Petrobras. Segundo fontes do setor, a estatal considerava três meses um período muito longo sem fazer repasses. O governo estuda medidas adicionais para aumentar a competição entre distribuidoras de botijões, como a venda fracionada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Herança da Lava-Jato

A Justiça dos EUA negou o pleito da Petrobras que, após três anos de disputa judicial por lá, queria transferir para uma arbitragem no Brasil a briga com o fundo americano EIG. Em disputa, uns US\$ 200 milhões. O fundo gringo alega que a estatal o induziu a investir na Sete Brasil, natimorta empresa de sondas, sem comunicar sobre atos de corrupção que acabaram sendo alvo da Lava-Jato.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/08/2019

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: Uma trama no Paraguai

Suspeitas de interferências privadas — indevidas — e a precipitação de Jair Bolsonaro em baratear o custo doméstico da energia comprada de Itaipu arrastaram o Brasil para o centro de uma crise no Paraguai.

Na noite de sexta-feira o advogado José Rodríguez González, assessor do vice-presidente Hugo Velázquez, confessou à Procuradoria Anticorrupção paraguaia ter atuado nas negociações entre os dois países para beneficiar a empresa paulista Leros, comercializadora de energia.

Essa manobra ampliou a comoção local com descoberta de que o governo do Paraguai aceitara um aumento de US\$ 50 milhões por ano, até 2023, no custo da energia adquirida de Itaipu para o consumo próprio. Revelado pela repórter Mabel Rehnfeldt, o acordo foi cancelado por ser considerado lesivo aos paraguaios e benéfico ao Brasil. O caso ameaça a sobrevivência do governo de Mario Abdo Benítez.

A obscura transação com a Léros ocorreu quando Paraguai e Brasil discutiam as bases dos contratos da energia de Itaipu. O vice-presidente Hugo Velázquez mandou a cúpula da estatal paraguaia Ande, símile da Eletrobras, negociar com a Léros a garantia de monopólio na revenda no Brasil de uma cota de 300 Megawatts de potência de Itaipu. Negócio milionário sobre volume de energia suficiente para abastecer cidades como Volta Redonda, um polo siderúrgico. Entre os brasileiros estava Alexandre Giordano, apresentado como vinculado à “família del mandatario brasileno”. Ele é suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), líder de Bolsonaro no Senado.

O assessor do vice Velázquez orientou negociadores de seu país a omitir do acordo com o Brasil — e manter em segredo — o monopólio da Léros.

Velázquez agora está no centro da trama ajudou a abalar as relações do Brasil com o Paraguai. A crise do acordo de Itaipu ocorre em plena celebração do “Sesquicentenário da Epopeia Nacional: 1864-1870”, a guerra perdida para o Brasil, Argentina e Uruguai. Esse tratado prevaleceu por 46 anos como um símbolo moderno da pacificação na fronteira. Sob Bolsonaro, virou fonte de convulsão na outra margem do Rio Paraná.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/08/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: PF alerta para novas mortes em série de ianomâmis

Um dos investigados citados em inquérito foi condenado à prisão em 1993 por assassinato de indígenas

O avanço do garimpo ilegal no território ianomâmi, num ritmo sem precedentes nos últimos anos, pode provocar novas mortes em série na maior terra indígena do Brasil. O alerta foi feito pela Polícia Federal (PF), que cita, em um relatório, o risco de vir a ser cometido o crime de “genocídio”. Comete esse crime quem mata parte de, ou totalmente, um grupo étnico. O alerta da PF está registrado em inquérito que já resultou na prisão de 30 pessoas responsáveis por viabilizar a exploração do ouro. São proprietários de máquinas e aviões em Roraima que

possibilitam o garimpo ilegal, onde atuam milhares de garimpeiros pobres ou miseráveis, muito próximos às aldeias dos ianomâmi. As investigações da PF seguem em andamento.

O GLOBO esteve dentro da reserva indígena, documentou a rotina frenética da retirada do ouro por meio de máquinas chamadas de “tatuzões” e retratou, em reportagem publicada no último domingo, o rastro de violência, tensão e destruição ambiental deixado pelo garimpo ilegal nos ianomâmi. A reportagem subiu o Rio Mucajaí, pontilhado de acampamentos onde ocorre a exploração ilegal do ouro. O Mucajaí, ao lado do Uraricoera, são os rios mais importantes para os ianomâmi em Roraima. A ação da PF se concentrou no garimpo ilegal nesses dois caudalosos cursos d’água no coração da floresta amazônica.

“A instabilidade causada pela presença dos garimpeiros pode gerar novos confrontos e genocídios contra os indígenas”, sustenta a PF na conclusão do relatório parcial sobre a atuação de grupos organizados que garantem a logística do garimpo ilegal. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou integrantes desses grupos por enxergar a existência de uma “organização criminosa com tarefas bem definidas”, em basicamente cinco frentes: logística aérea, auxílio aos grupos de logística aérea, logística terrestre, centrais de radiofonia que funcionam com rádios dentro do garimpo e compradores de ouro. A Justiça Federal em Roraima aceitou a denúncia e, desde novembro do ano passado, oito investigados passaram à condição de réus. Outras investigações correm em sigilo.

MASSACRE EM 1993

Ao falar em possibilidade de novas mortes em série, a PF faz uma referência ao assassinato de 16 ianomâmis, mortos em 1993 por garimpeiros que estavam na terra indígena, crime que ficou conhecido como Massacre de Haximu. A Justiça Federal condenou à prisão quatro garimpeiros por crime de genocídio, interpretado como o extermínio de um grupo étnico. A sentença foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006. Vinte e seis anos depois, a PF enxerga o mesmo risco, inclusive com um elemento em comum ao episódio ocorrido na década de 1990: um dos investigados na chamada Operação Tori é Pedro Emiliano Garcia, condenado à prisão por genocídio de 1993.

Ele é o único com essa condenação que permanece vivo no Brasil, segundo lideranças indígenas. “Pepe” ou “Prancheta”, os apelidos de Garcia no garimpo, continuou atuando, com operação de avião que faz frete para garimpeiros e transporte de comida, propriedade de balsas para retirada do ouro e associação a mais quatro pessoas, entre sócios e piloto, como consta do inquérito da PF. A investigação mostra que um dos sócios de Garcia chegou a ser piloto da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). Depois, ele passou a pilotar o avião de

Garcia, garantindo o funcionamento do garimpo na terra dos ianomâmi, a exemplo dos outros investigados no esquema.

A PF elenca seis crimes cometidos por esses donos de aviões e maquinários: usurpação de bens da União, ao extrair ilegalmente o ouro; extração de recursos minerais sem autorização; permissão para que garimpeiros transportem ou armazenem substância tóxica ao meio ambiente e à saúde humana, como é o caso do mercúrio; fornecimento ilegal de armas e munições aos garimpeiros; lavagem de dinheiro; e organização criminosa. Segundo a PF, os grupos atuam de forma estruturada e com altos lucros, envolvendo donos de balsas e “tatuzões”, joalheiros, financiadores e donos de aviões.

Ao GLOBO, o advogado de Garcia, Alain Delon Jordão, diz que o garimpeiro já cumpriu a condenação por genocídio, com extinção da pena há mais de dez anos. De acordo com Delon Jordão, as acusações de que Garcia é dono de garimpo e de balsas, feitas em sucessivas investigações após a acusação de genocídio, ainda são inconclusas, sem sentença.

MME / ASCOM .